

FILADELFO, Fagner Sampaio. **A tutela do meio ambiente e da saúde da população nas adjacências da mineradora e produtora de concentrado de urânio no interior da Bahia.** Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Medicina da Bahia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

RESUMO

A pesquisa visa analisar a tutela do meio ambiente e da saúde humana por diversos órgãos, dentre os quais destacamos o Ministério Público Federal (MPF) e do Trabalho (MPT) e a Justiça Federal (JF) no âmbito de competência relacionadas as temáticas ambiente, saúde e trabalho em relação às atividades de mineração e produção de concentrado de urânio (*yellow cake*) das Indústrias Nucleares do Brasil S/A (INB) no Estado da Bahia. Foi utilizado o método qualitativo/quantitativo com base na pesquisa documental dos processos administrativos e judiciais movidas pelo MPF e MPT. Foram realizados exame, análise e sistematização da documentação colhida que sustenta as investigações, Ações Cíveis Públicas (ACP) e processos judiciais com ênfase nos aspectos técnico-científicos das provas e medições feitas, bem como identificadas as possíveis interferências que podem decorrer dos procedimentos, apontando entraves e vieses. O estudo gerou quatro artigos com temáticas interligadas. O primeiro informa que 73 processos foram distribuídos entre 2000 e 2017, em 6 órgãos do poder judiciário, sendo 51 administrativos e 22 judiciais, demonstrando o decurso do tempo. O segundo identifica e analisa os processos trabalhistas sentenciados na comarca de Caetité, com especial atenção para os discursos dos juízes. O terceiro analisa duas ACPs de exposição ambiental ainda sem resolução final, que já duram aproximadamente 10 anos, utilizando um barema criado para essa finalidade. O quarto traçou um panorama nos termos de ajustamento de conduta (TAC) realizados pelo MPT e as mineradoras na Bahia para resolver os conflitos no âmbito administrativo, sem ajuizamento. Observou-se que o Ministério Público, mesmo de forma geograficamente descentralizada, lidera a tutela do meio ambiente e os riscos envolvidos para os residentes próximos à mineração. Até o fim de 2017, nenhum processo judicial apresentou resultado prático na resolução dos conflitos ambientais.

Palavras-chave: Ministério Público – Justiça Federal – Judicialização – INB.

FILADELFO, Fagner Sampaio. The protection of the environment and the health of the population in the vicinity of the mining company and producer of uranium concentrate in the interior of Bahia. Dissertation (Master degree) - Faculty of Medicine of Bahia, Federal University of Bahia, Salvador, 2018.. Dissertation (Master degree) - Faculty of Medicine of Bahia, Federal University of Bahia, Salvador, 2018.

ABSTRACT

The research aims to analyze the protection of the environment and of the human health by several agencies, among which we highlight the Federal Public Prosecutor's Office (MPF) and of labor (MPT) and the Federal Court (JF) regarding environment health and work related to the activities of mining and production of uranium concentrate (yellow cake) of Indústrias Nucleares do Brasil S / A (INB) in the State of Bahia. The qualitative/quantitative method was used based on the documentary research of the administrative and judicial processes moved by MPF and MPT. Tests, analysis and systematization of the collected documentation supporting the investigations, the public civil actions (ACP) and the judicial processes, with emphasis on the technical scientific aspects of the tests and measurements made were performed, as well as identifying the possible interferences that can follow from the procedures, pointing out, obstacles and biases. The study generated the production of four articles with interrelated themes. The first one reports that 73 cases were distributed between 2000 and 2017, in 6 agencies of the judiciary, 51 administrative and 22 judicial demonstrating the course of time. The second one identifies and analyzes the sentenced labor lawsuits in the district of Caetité, with special attention to the speeches of the judges. The third examines two ACPs on environmental exposure that have not yet been finalized, and which last for approximately 10 years, using a scoring table created for this purpose. The fourth set out a panorama on the terms for the Adjustment of Conduct (TAC) carried out by the MPT and the mining companies in Bahia to resolve conflicts in the administrative level, without filing. It was observed that the Public Prosecutor's Office, even in a geographically decentralized manner, leads the protection of the environment and the health risks involved for residents close to mining. By the end of 2017, no judicial lawsuit has yielded practical results in resolving environmental disputes.

Keywords: Public Prosecutor's Office - Federal Justice - Judiciary - INB